



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 23/2025

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de aquisição, com entrega imediata, dos materiais de manutenção predial, que também incluirá os materiais fracassados nos Pregões de Copa e Cozinha (PGEA 1.26.000.001250/2025-61) e Refrigeração (PGEA 1.26.000.001052/2025-06), além da aquisição de compressor, garrafas d'água ecológica e fechaduras eletrônicas, identificando no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - A presente contratação se faz necessária para atender as demandas da sede e das PRMs, visando a manutenção e aprimoramento da infraestrutura e do bem-estar geral.

1.1.1- Contratar materiais de manutenção predial é essencial para garantir a segurança, a funcionalidade e a conservação dos imóveis, evitando prejuízos e mantendo a continuidade dos serviços.

1.1.2- A aquisição de compressores e serpentinas é fundamental para a manutenção preventiva e corretiva de sistemas de refrigeração e ar-condicionado. Além disso, a substituição de componentes antigos por novos e mais eficientes otimiza o consumo de energia, gerando economia a longo prazo e garantindo a continuidade das operações em um ambiente de trabalho adequado.

1.1.3- A contratação de fechaduras eletrônicas é fundamental para elevar o nível de segurança e controle de acesso nas instalações, assegurando a integridade e a segurança do patrimônio e dos dados institucionais do Órgão.

1.1.4- Já a aquisição de materiais de copa e cozinha garante um ambiente de trabalho mais organizado e sanitário, contribuindo para o bem-estar geral e a imagem institucional da repartição.

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - A referida contratação encontra-se no plano de contratações anual, conforme documento **PRPE-D0019/24, PRPE-D0020/24, PRPE-D0010/24 e PRPE-D0028/24** está inserida no Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024, principalmente quanto ao atingimento dos seguintes objetivos:

"OE 4: Garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas"

"OE 7: Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável".

2.2 - A contratação do compressor, garrafa d'água e fechaduras eletrônicas não está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2025 – desta PRPE, e será incluída de forma excepcional, de acordo com o Art. 15º da PORTARIA PGR/MPU nº 38, de 16 de março de 2023.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1- Requisitos Funcionais

3.1.1 - O bem de consumo a ser adquirido deverá atender aos requisitos mínimos de qualidade e outras condições específicas e de sustentabilidade, além de apresentar padrões condizentes com a legislação, conforme as especificações contidas no Termo de Referência.

3.1.2 - Condições de Transporte: Todos os produtos devem ser transportados em condições que garantam sua integridade, evitando avarias ou perdas de qualidade.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG:** dispõe sobre os critérios de

sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

- **Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022:** dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei nº 13.709/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:** institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021:** regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo;
- **Decreto nº 2.783, de 17/09/1998:** dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio;
- **Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015:** regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- **Portaria PGR-MPF Nº 843, de 18 de outubro de 2024:** atualiza o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027;
- **Portaria PGR/MPU nº 85, de 27 de maio de 2022:** regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo às contratações de bens de consumo, no âmbito Ministério Público da União;
- **Portaria PGR/MPU nº 100/2023:** regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União.
- **Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000:** dispõe sobre a proibição no Brasil, da utilização das substâncias controladas especificadas nos Anexos A e B do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio;
- **Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003:** Dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

Não se aplica.

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 - O prazo de entrega não poderá ser superior a **30 (trinta) dias**, contados a partir da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE.

3.4.2 - A entrega de todos os itens contratados deverá ser realizada em uma única remessa, dentro do prazo máximo determinado.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Comunicar à PRPE a previsão de entrega do produto, mediante informação dos dados da empresa e seu responsável, e comunicação do rastreamento da mercadoria, sempre que possível.

3.5.2 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

Constarão nas especificações técnicas do Termo de Referência.

3.7 - Requisitos de Garantia do Objeto

3.7.1 - O prazo de garantia contratual do objeto é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.7.2 - Qualquer despesa com frete neste período referente à garantia será por conta da CONTRATADA.

3.8 - Requisitos de Garantia Contratual

3.8.1 - A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no edital, pode ser exigida prestação de garantia nas contratações públicas, conforme o art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/21. Destarte, percebe-se que a garantia foi prevista, mantendo o sistema anterior (Lei nº 8.666/93), como facultativa, sendo exigida em função da discricionariedade da Administração Pública.

3.8.2 - Esta PRPE entende ser razoável impor essa obrigação da apresentação da garantia contratual à contratada somente quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento, o que não é o caso na presente contratação.

3.8.3 - Cabe registrar que os pagamentos à contratada somente ocorrerão após o efetivo fornecimento, desde que a contento, atestado pela área fiscalizadora, revelando total segurança, mitigando qualquer possível futuro prejuízo aos órgãos participantes.

3.8.4 - Considerando o exposto acima, não será necessário exigir da contratada, na presente contratação, a garantia contratual que a PRPE comumente aplica no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

3.9 - Requisitos de qualificação técnica

Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade, não serão exigidos documentos de qualificação técnica para fins de habilitação.

3.10 - Requisitos de qualificação econômica

Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade, e considerando que os pagamentos à contratada somente ocorrerão após o efetivo fornecimento, desde que a contento, atestado pela área fiscalizadora, o que revela total segurança e mitiga qualquer possível futuro prejuízo a PRPE, não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

3.11 - Requisitos Sustentabilidade Ambiental, Econômica e Social (no que couber)

3.11.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL

- A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as seguintes práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços, **quando couber:**
 - Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto

- ambiental em relação aos seus similares;
 - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- A empresa, no que couber, deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovação oficiais (exemplo: Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.
- Serão solicitados critérios de sustentabilidade nas especificações dos itens e nas exigências a serem cobradas dos fornecedores de acordo com diplomas legais e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.
- Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.
- As embalagens primárias ou secundárias dos produtos fornecidos devem ter reciclabilidade garantida no Brasil.
- No caso de uso de materiais que possuam plástico em sua composição, recomenda-se que seja dada preferência àqueles confeccionados em plástico biodegradável, reciclado e/ou reciclável, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas ABNT NBR nº 15.448-1 e 15.448-2, de 2008, levando-se em consideração a política de gestão de resíduos implementada no órgão.
- Os manuais e/ou instruções deverão possuir linguagem e textos em português.

3.11.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA

Em razão dos valores máximos previstos para esta contratação, e do regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano, os itens serão exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte.

3.11.3 - PERSPECTIVA SOCIAL

3.10.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

- a) Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

3.11.4 - Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente documento, deverá a contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

- a) Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

- b) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c) Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;
- d) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;
- e) Observar a Resolução Conama nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- f) Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local.

3.12 – Da amostra

Para esta licitação, não é viável a solicitação de amostra, considerando que os itens a serem adquiridos são de uso comum e já estão consolidados no mercado. A existência de diversas marcas de qualidade e reputação conhecida, e o grande histórico de aquisições destes produtos pela PRPE, possibilita a elaboração de especificações técnicas claras, precisas e detalhadas. Essas especificações, que constarão no Termo de Referência, concomitante à exigência de atendimento às normas técnicas pertinentes e às certificações de qualidade e conformidade que atestam a adequação dos produtos, permitirão a análise da conformidade dos produtos ofertados. Ademais, a exigência de amostra acarretaria custos adicionais aos licitantes, que poderiam ser repassados aos preços finais dos produtos. Por outro lado, também há de se levar em conta o custo da PRPE para a análise das amostras, com recursos humanos, tempo prolongado do processo licitatório e atraso na contratação, sem que isto gere um benefício adicional, uma vez que o amplo detalhamento das especificações técnicas já garante a conformidade do produto com as necessidades levantadas.

3.13 - Outros requisitos aplicáveis

3.13.1 - A empresa deve ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.

3.13.2 - O objeto desta contratação não possibilita a participação de pessoas físicas, de acordo com o art. 4º, parágrafo único, da IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, uma vez que a pessoa física é consumidor final, sendo impedida de emitir nota fiscal de venda de produto.

3.13.3 - Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 - As quantidades sugeridas para a aquisição dos materiais foram determinadas levando-se em conta o estoque atual e consumo anual do referido bem, assim como demandas do Serviço de Manutenção da PRPE e requerimentos da DISOT (Memorando nº 222/2025/DISOT/PRPE), da PRM Petrolina (e-mail datado de 17/06/2025) e da SECRE (MEMORANDO nº 275/2025/PRPE/AGE).

Item	Descrição	Unid	Qtde no estoque	Qtde a adquirir anual
01	Copo descartável para café, 50 ml	CX	1,6	06
02	Mexedor plástico para café, tipo palheta	PCT	23	12
03	Dispensador sabonete espuma com reservatório 800 ml	UNID	0	12
04	Lubrificante Aerossol	UNID	0	10
05	Limpa contato	UNID	0	10
06	DUCHA HIGIÊNICA COM REGISTRO	UNI	02	24
07	COLA DE CONTATO TRADICIONAL DE ALTA	GALÃO	0	30



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

	RESISTÊNCIA (TIPO MARCENEIRO) . Galão de 1/4			
08	PARAFUSO DE FIXAÇÃO PARA LOUÇA SANITÁRIA, CROMADO, BUCHA 10 MM	PAR	0	20
09	FITA VEDA ROSCA (rolo de 50 metros)	UNI	17	24
10	COLA INSTANTÂNEA PARA REPAROS	UNI	11	10
11	SELANTE VEDA CALHA	UNI	0	12
12	SELANTE PU 40	UNI	0	12
13	SILICONE NEUTRO INCOLOR	UNI	0	12
14	FITA ZEBRADA (LISTRAS AMARELAS E PRETAS). Rolo de 200 metros	ROLO	04	05
15	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM, vara de 6m	UNI	01	06
16	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM, vara de 6m	UNI	0	12
17	FECHADURA EXTERNA PARA PORTA DE MADEIRA 40MM COMPLETA	UNI	01	10
18	BROCA DE WÍDEA 6MM	UNI	0	24
19	BROCA DE WÍDEA 7MM	UNI	0	24
20	BROCA DE WÍDEA 8MM	UNI	0	24
21	BROCA DE WÍDEA 10MM	UNI	0	24
22	BROCA CHATA PARA MADEIRA 1/8 POLEGADA OU APROX. 3,17MM	UNI	0	24
23	BROCA CHATA PARA MADEIRA 1/4 POLEGADA OU APROX. 6,35MM	UNI	0	24
24	BROCA CHATA PARA MADEIRA 5/16 POLEGADA OU APROX. 7,94MM	UNI	0	24
25	BROCA CHATA PARA MADEIRA 3/8 POLEGADA OU APROX. 9,53MM	UNI	0	24
26	BROCA DE AÇO RÁPIDO 1/8 POLEGADA OU APROX. 3,17MM	UNI	0	24
27	BROCA DE AÇO RÁPIDO 3/16 POLEGADA OU APROX. 4,76MM	UNI	0	24
28	BROCA DE AÇO RÁPIDO 5/16 POLEGADA OU APROX. 7,93MM	UNI	0	24
29	BROCA DE AÇO RÁPIDO 3/8 POLEGADA OU APROX. 9,52MM	UNI	0	24
30	BROCA SDS PLUS 5/32 POLEGADA OU APROX. 4MM	UNI	0	24
31	BROCA SDS PLUS 1/4 POLEGADA OU APROX. 6MM	UNI	0	24
32	BROCA SDS PLUS 5/16 POLEGADA OU APROX. 8MM	UNI	0	24
33	BROCA SDS PLUS 3/8 POLEGADA OU APROX. 10MM	UNI	0	24
34	BROCA SDS PLUS 1/2 POLEGADA OU APROX. 12MM	UNI	0	24
35	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 20MM	UN	0	05



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

36	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 30MM	UN	0	05
37	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 35MM	UN	0	05
38	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 53 MM	UN	0	05
39	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 80MM	UN	0	05
40	Fechadura eletrônica digital	UNID	0	50
41	Serpentina para condensador tipo split 60.000 BTUs, 100% cobre	UNID	0	09
42	COMPRESSOR PARA AR CONDICIONADO 220V, 12.000Btus, PARA GÁS R410A	UNID	0	01
43	GARRAFA LIVRE DE BPA	UNI	0	300

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo.

5.2 - Foram levadas em consideração as seguintes alternativas para contratação pretendida:

5.2.1 – Almoxarifado virtual: A PRPE manifestou sua Intenção de Registro de Preço no Pregão Eletrônico MPF/PRPE nº 07/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação dos serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, sob demanda, visando ao suprimento de material de consumo. Ocorre que a solução abarca apenas materiais de expediente e suprimentos de informática, não estando inclusos materiais classificados como permanentes ou personalizáveis. Assim, os materiais objetos deste Estudo Técnico (materiais de manutenção predial, de refrigeração e de copa e cozinha) não podem ser adquiridos por meio desta solução de contratação.

5.2.2 - Adesão a Atas de Registro de Preços: Utilização de atas de registro de preços já existentes, firmadas por outros órgãos públicos que realizaram processos licitatórios para aquisição de produtos para manutenção predial, apresenta as seguintes **vantagens:**

- Economia de tempo e recursos: Em vez de passar por todo o processo licitatório, que pode ser demorado e custoso, as instituições podem simplesmente aderir a uma ARP já existente, economizando tempo na busca por fornecedores e na avaliação de propostas.
- Redução da burocracia: A burocracia envolvida em licitações públicas é muitas vezes complexa e onerosa. A adesão a uma ARP simplifica significativamente esse processo, permitindo que os órgãos governamentais atendam às suas necessidades de aquisição com menos papelada e trâmites burocráticos.
- Preços competitivos: As ARPs são resultado de processos licitatórios anteriores, nos quais os fornecedores competem para oferecer os melhores preços e condições. Isso significa que as instituições governamentais que aderem a uma ARP podem se beneficiar de preços mais competitivos, obtendo melhores negócios em comparação com a aquisição individual.
- Economia de recursos de gestão: A gestão de contratos individuais pode ser trabalhosa. Já a adesão de uma ARP visa simplificar a gestão, pois todos os contratos e negociações são centralizados em um único acordo.
- Transparência e controle: Embora a adesão de uma ARP elimine a necessidade de licitação para cada compra, ela ainda exige um processo transparente e controlado, garantindo que o dinheiro público seja gasto de forma responsável e em conformidade com as regras estabelecidas.

Desvantagens:

- Dificuldade de encontrar as fechaduras eletrônicas com a necessidade da PR/PE e com

as características exigidas pelo setor demandante;

- A adesão a Atas de Registro de Preços (ARP) não é a melhor opção para adquirir materiais de manutenção predial. A grande variedade de itens objeto desta contratação exige a adesão a múltiplas atas, gerando uma gestão complexa e ineficiente.
- Obsolescência dos dados: Diante da existência de uma única licitação, cujos resultados serão utilizados para uma pluralidade de contratações futuras, há o risco de que os preços de mercado se reduzam ou que a qualidade dos produtos seja menor com o passar do tempo.

5.2.3 - Contrato para fornecimento, sob demanda, e de forma parcelada: Nessa modalidade a administração adquire apenas o quantitativo necessário e de forma parcelada durante a vigência do contrato. Este formato de contratação já foi utilizado pela PRPE, tendo as seguintes **vantagens:**

- Aquisição dos produtos só quando necessário;
- Necessidade de estoque mínimo;
- Não comprometimento das características físico/químicas de alguns produtos em estocagem;
- Possibilidade de haver uma variação do quantitativo de compra nos pedidos, em relação a quantidade estimada, já que estamos apenas com uma previsão de consumo, diante da nova realidade de trabalho híbrido.

Desvantagens:

- A fiscalização de contratos com entregas parceladas pode ser mais complexa, exigindo um monitoramento constante para garantir que as entregas sejam feitas conforme o prazo e as especificações.
- Dificuldades na Previsão de necessidades: A natureza sob demanda pode dificultar a previsão de necessidades futuras, levando a possíveis desabastecimentos ou excesso de produtos não utilizados.
- Burocracia: O processo de solicitação e recebimento sob demanda pode ser mais burocrático, exigindo documentação e justificativas a cada requerimento de entrega.

5.2.4 – Fornecimento com entrega imediata e total dos quantitativos: Este formato de contratação já foi utilizado pela PRPE nos seus contratos passados, para fornecimento de materiais de manutenção predial, tendo as seguintes vantagens:

- Os fornecedores sabem de antemão as quantidades que serão adquiridas pelo órgão, podendo calcular corretamente o preço de venda;
- Com a venda única de um quantitativo maior, os fornecedores garantem maior economia de escala, que pode ser repassada à administração via redução dos preços, durante a etapa de disputa;
- Com a disponibilidade dos itens em estoque, o atendimento das necessidades que surgirem é imediato;
- Otimização do trabalho dos servidores envolvidos na fiscalização e gerenciamento dos contratos.

5.3 – Descrição e Justificativa da Solução escolhida: Uma vez que a PRPE dispõe do crédito orçamentário para a aquisição em análise e do espaço para a guarda dos materiais, e diante das possibilidades expostas nos subitens acima, a solução mais viável para atender às necessidades da unidade durante o exercício de 2025 é a exposta no **subitem 5.2.4**, contratação de empresa para fornecimento de diversos bens de consumo (materiais de manutenção predial, de refrigeração e de copa e cozinha) para as unidades de 1ª instância do Ministério Público Federal em Pernambuco, para entrega total e imediata, conforme especificações que constarão no termo de referência.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Para formação do preço de referência foi escolhido o critério da **MÉDIA/MEDIANA** obtido na pesquisa de preços, priorizada a pesquisa no painel de preços do governo federal e o banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações), conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/ MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

6.2 - Os preços de referência foram assim obtidos:

- a) Pesquisa em sites da Internet, obedecendo às mesmas especificações e considerando o valor do frete para entrega.
- b) Pesquisa no sistema de busca de preços de contratações públicas utilizado em todo o MPF:



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

Banco de Preços.

c) Pesquisa direta com fornecedores para alguns itens.

6.3 – Os produtos pesquisados estão de acordo com as especificações técnicas exigidas pelo setor demandante.

6.4 – O **valor estimado global** para a presente contratação é de **R\$84.787,12** (Oitenta e quatro mil setecentos e oitenta e sete reais e doze centavos), conforme Relatório de Pesquisa de Preços e Mapa Comparativo de Preços em anexo.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1- Descrição do objeto:

Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais de manutenção predial, de refrigeração e de copa e cozinha para a Procuradoria da República em Pernambuco, de forma total e imediata, conforme especificações contidas no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unid	Qtde a adquirir anual	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
01	COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ, 50 ML	Cx	06	7350	5849	619807
02	MEXEDOR PLÁSTICO PARA CAFÉ, TIPO PALHETA	Pct	12	7340	14921	356518
03	DISPENSADOR SABONETE ESPUMA COM RESERVATÓRIO 800 ML	Unid	12	7240	2826	614553
04	LUBRIFICANTE AEROSSOL	Unid	10	9150	10198	486604
05	LIMPA CONTATO	Unid	10	6850	8849	614808
06	DUCHA HIGIÊNICA COM REGISTRO	Uni	24	4510	6410	473393
07	COLA DE CONTATO TRADICIONAL DE ALTA RESISTÊNCIA (TIPO MARCENEIRO) . GALÃO DE 1/4	galão	30	8040	13894	290480
08	PARAFUSO DE FIXAÇÃO PARA LOUÇA SANITÁRIA, CROMADO, BUCHA 10 MM	par	20	5305	14522	374304
09	FITA VEDA ROSCA (rolo de 50 metros)	Uni	24	5330	7612	615103
10	COLA INSTANTÂNEA PARA REPAROS	Uni	10	8040	13894	620803
11	SELANTE VEDA CALHA	Uni	12	8040	12066	345273
12	SELANTE PU 40	Uni	12	8040	2107	478770
13	SILICONE NEUTRO INCOLOR	Uni	12	8040	12066	393922
14	FITA ZEBRADA (LISTRAS AMARELAS E PRETAS). Rolo de 200 metros	Rolo	05	6310	1477	481049
15	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM, vara de 6m	Uni	06	4710	659	214751
16	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM, vara de 6m	Uni	12	4710	659	396865
17	FECHADURA EXTERNA PARA PORTA DE MADEIRA 40MM COMPLETA	Uni	10	5340	566	34360
18	BROCA DE WÍDEA 6MM	Uni	24	5133	5133	266375
19	BROCA DE WÍDEA 7MM	Uni	24	5133	3908	625319
20	BROCA DE WÍDEA 8MM	Uni	24	5133	3908	346846
21	BROCA DE WÍDEA 10MM	Uni	24	5133	3908	346847
22	BROCA CHATA PARA MADEIRA 1/8	Uni	24	5133	3879	380421



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

	POLEGADA OU APROX. 3,17MM					
23	BROCA CHATA PARA MADEIRA 1/4 POLEGADA OU APROX. 6,35MM	Uni	24	5133	3879	378098
24	BROCA CHATA PARA MADEIRA 5/16 POLEGADA OU APROX. 7,94M	Uni	24	5133	3879	378099
25	BROCA CHATA PARA MADEIRA 3/8 POLEGADA OU APROX. 9,53MM	Uni	24	5133	3879	335376
26	BROCA DE AÇO RÁPIDO 1/8 POLEGADA OU APROX. 3,17MM	Uni	24	5133	3879	302397
27	BROCA DE AÇO RÁPIDO 3/16 POLEGADA OU APROX. 4,76MM	Uni	24	5133	3879	266356
28	BROCA DE AÇO RÁPIDO 5/16 POLEGADA OU APROX. 7,93MM	Uni	24	5133	3879	227313
29	BROCA DE AÇO RÁPIDO 3/8 POLEGADA OU APROX. 9,52MM	Uni	24	5133	3879	302395
30	BROCA SDS PLUS 5/32 POLEGADA OU APROX. 4MM	Uni	24	5133	3908	482735
31	BROCA SDS PLUS 1/4 POLEGADA OU APROX. 6MM	Uni	24	5133	3908	378577
32	BROCA SDS PLUS 5/16 POLEGADA OU APROX. 8MM	Uni	24	5133	3908	288439
33	BROCA SDS PLUS 3/8 POLEGADA OU APROX. 10MM	Uni	24	5133	3908	242970
34	BROCA SDS PLUS 1/2 POLEGADA OU APROX. 12MM	Uni	24	5133	3908	353425
35	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 20MM	Un	05	5110	12036	438811
36	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 30MM	Un	05	5110	12036	438814
37	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 35MM	Un	05	5110	12036	438815
38	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 53 MM	Un	05	5110	12036	438810
39	SERRA COPO DIAMANTADA COM HASTE SDS PLUS 80MM	Un	05	5110	12036	446792
40	FECHADURA ELETRÔNICA DIGITAL	Unid	50	6350	18318	395453
41	SERPENTINA PARA CONDENSADOR TIPO SPLIT 60.000 BTUS, 100% COBRE	Unid	09	4130	12030	623162
42	COMPRESSOR PARA AR CONDICIONADO 220V, 12.000Btus, PARA GÁS R410A	Unid	01	4130	5501	469958
43	GARRAFA LIVRE DE BPA	Uni	300	8125	1387	433240

7.2 – Local de entrega do objeto:

ENDEREÇO
Procuradoria da República em Pernambuco Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170 Responsável: RICARDO SÉRGIO CARVALHO DE OLIVEIRA Telefone: (81) 2125-7336 E-mail: prpe-selog-l@mpf.mp.br

VIII –FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração. Em quase todos os processos



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa para fornecimento de materiais de bens de consumo.

8.2 - Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de empresa para fornecimento de diversos bens de consumo (materiais de manutenção predial, de refrigeração e de copa e cozinha) para as unidades de 1ª instância do Ministério Público Federal em Pernambuco, com entrega total e imediata.

8.3 - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o **Pregão Eletrônico**, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme o que institui o artigo 6º, XIII e XLI, da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

[...]

*XLI - **pregão**: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; " **Grifo nosso.***

8.4 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.5 - Considerando que o valor estimado por item da presente contratação **NÃO** ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a solução passa pela contratação de empresa, através da modalidade **"Pregão Eletrônico exclusivo para ME/EPP"**, para o fornecimento de materiais de manutenção predial, de refrigeração e de copa e cozinha para a PRPE, com entrega total e imediata.

8.6 – O modo de disputa escolhido, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o **"aberto/fechado"**, devido à experiência de sucesso nas licitações realizadas pela PRPE.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - A contratação em tela visa a aquisição de diversos itens para a administração. Segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

"V - Atendimento aos princípios:

[...];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[...];



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.2 - Portanto, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.3 - Nos termos da Súmula nº 247 do TCU, a regra é de que a adjudicação deve ser efetivada por itens, a fim de possibilitar a mais ampla competitividade, salvo se houver justificativas para o agrupamento em lotes ou por preço global. Nesse sentido, a formação dos lotes existentes se justifica pelos seguintes motivos:

1. São produtos de natureza similar, pertencentes ao mesmo segmento de mercado;
2. O agrupamento em lotes se justifica pelo alcance do princípio da economicidade, proporcionado pela economia de escala, e da eficiência;
3. O valor do lote, reunindo diversos itens, aumenta a atratividade e, consequentemente, a competitividade entre os fornecedores.

9.4 - Assim, pelo agrupamento dos itens no mesmo segmento de mercado, possibilitando proporcionar economicidade, através da economia de escala, e eficiência do ponto de vista da gestão dos contratos gerados desta licitação, **opta-se, para esta aquisição, no agrupamento dos itens em lotes**, de acordo com o seu segmento de mercado.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - Os resultados pretendidos com a presente aquisição consistem na manutenção do funcionamento adequado do ambiente de trabalho.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A presente contratação não requer por parte da administração providências prévias ao contrato.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, cujos fabricantes devem seguir as normas dos órgãos fiscalizadores, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo imprescindível que a licitante atenda às legislações e normas técnicas pertinentes, bem como à política de sustentabilidade



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

ambiental já abordados no item 3.10.1 do presente Estudo Técnico Preliminar. Ainda, com o objetivo de mitigar maiores impactos, a administração deve observar o correto descarte das embalagens dos materiais, bem como o uso consciente, a fim de evitar a contaminação dos recursos hídricos decorrente dos componentes químicos presentes nos materiais.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a contratação de empresa para fornecimento de materiais de manutenção predial, de refrigeração e de copa e cozinha para a Procuradoria da República em Pernambuco, de forma total e imediata, **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 21 de agosto de 2025.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Flávio Koji Hiramine
Setor demandante/PRPE

Rubinaldo Cabral Saraiva
CA/PRPE

Izahilton Mendes Guia Júnior
DICGC/PRPE

Marcos Amorim de Moraes
DEOF/PRPE

Alcione Martins da Silva
Coord. Equipe de Planejamento/PRPE

Grazielle Frutuoso Vilela
CODAM/PRPE

XV – APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

Aprovo o presente ETP e estabeleço o prazo de 10 dias como limite para confecção do Termo de Referência pela área demandante, com apoio da Equipe de Planejamento (Art.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

Patrícia Gonçalves Almeida Tesch
Secretária Estadual/PRPE

Assinado com login e senha por GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA, em 22/08/2025 15:48. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave aa733827.a885aa66.b538fa98.68b60b2f



Procuradoria da República em Pernambuco
 Coordenadoria de Administração
 Equipe de Planejamento e Contratações

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO

1 – DO OBJETO (inc. I, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

O presente relatório trata da pesquisa de preços empreendida para contratação de empresa para o fornecimento dos materiais de manutenção predial, que também incluirá os materiais fracassados nos Pregões de Copa e Cozinha (PGEA 1.26.000.001250/2025-61) e Refrigeração (PGEA 1.26.000.001052/2025-06), além da aquisição de compressor, garrafas d'água ecológica e fechaduras eletrônicas, a fim de atender a demanda da PRPE e PRMs, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência constante dos autos do PGEA nº 1.26.000.002414/2025-78.

2 – RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA (inc. II, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

A pesquisa foi realizada pela Equipe de Planejamento da PRPE com base nos parâmetros definidos na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, conforme discriminado nas planilhas em anexo e aspectos relacionados a seguir:

3 – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS (inc. III, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

(X) Pesquisa em fontes de preços públicos, de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(X) Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e a hora de acesso, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

(X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante COTAÇÃO POR EMAIL E POR TELEFONE para alguns itens, conforme consta no item 3.2.

() Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, com validade de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, contada da data da emissão da nota fiscal.

3.1 Justificativa para a ausência de fontes de preços públicos, conforme o § 1º, Art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:

Não se aplica.

3.2 Justificativa para a escolha dos fornecedores, conforme o Art. 5º, inciso IV, da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023 (inc. VIII, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023):

No caso de garrafas de água personalizadas, existem muitos detalhes que precisam ser definidos, como material, volume, cores, tipo de personalização e a arte. A cotação direta



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

permite discutir e detalhar essas especificações técnicas de forma clara. Isso evita propostas genéricas, garantindo que o produto ofertado atende exatamente às necessidades do órgão.

Desta forma, foram consultadas por e-mail e contato telefônico 07 (sete) empresas solicitando fornecimento de proposta comercial do item 43 (garrafas d'água ecológicas). As empresas consultadas foram: PE PROMO (V30.408.755/0001-90); LUMINATI (29.065.741/0001-32); VERTICAL BRINDES (25.164.440/0001-05); B ERNESTO SILVA DE LIMA (34.614.518/0001-37); GALAXY BRINDES E SERVICOS EIRELI(26.824.426/0001-53); CAROLINA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EIRELLI (33.935.894/0001-08) e N. B. DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA (20.425.201/0001-48). Destas, apenas 04 (quatro) empresas forneceram proposta, que foram: CORREA COMERCIO DE PRODUTOS; LUMINATI, VERTICAL BRINDES e PE PROMO. A PE PROMO teve a proposta desconsiderada por não atender às especificações, já a empresa CAROLINA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EIRELLI ofertou valor muito elevado.

Para as Fechaduras eletrônicas foram solicitados proposta comercial para 06 (seis) empresas, a saber: OPPORTUNITY (40.359.757/0001-90); COMERCIAL FENIX LTDA(05.375.904/0001-15); AMDTECH SOLUTION LTDA (22.406.299/0001-11); M. DA S. VASCONCELOS LTDA (08.978.402/0001-77); Szata Comercio e Servicos (42.883.960/0001-97) e MARCOS OLIVEIRA DA SILVA (48.511.241/0001-21). Destas, apenas 03 (três) enviaram cotação: AMDTECH SOLUTION LTDA; M. DA S. VASCONCELOS LTDA e MARCOS OLIVEIRA DA SILVA.

Para os itens de Copa e Cozinha, além de novas cotações nos sítios eletrônicos e banco de preços, foram consideradas as cotações diretas com as empresas do PGEA 1.26.000.001250/2025-61.

Para os demais itens não foram realizadas cotações diretas com as empresas para a pesquisa de preços, pois os itens em questão são considerados genéricos ou de prateleira, os quais não possuem características padronizadas e são amplamente disponíveis no mercado, com pouca variação entre os fornecedores.

4 – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS (inc. IV, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023) **E A MEMÓRIA DE CÁLCULO** (inc. VII, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Os preços para estimativa do valor da contratação em tela foram coletados em conformidade com os artigos 5º e 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

Tanto os preços coletados, assim como os documentos que dão suporte à pesquisa de preços (relatórios de pesquisa em banco de preços públicos e páginas de sítios eletrônicos especializados) e a memória de cálculo (MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS), constam anexos a este relatório.

5 – MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO (inc. V, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

Nos termos do art. 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado, a média aritmética ou a mediana dos valores obtidos válidos na pesquisa de preços, considerando a seguinte fórmula:

Se $CV > 25\%$ considerar preço de referência o valor da Mediana.

Se $CV < 25\%$ considerar preço de referência o valor da Média.

CV = Coeficiente de Variação.

Média Aritmética: Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para uma cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior a 25%.

Mediana: Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior a 25%.

No cálculo final foram obtidos no mínimo 3 (três) preços para cada item, oriundos de um ou mais parâmetros de que trata o art. 5º da Portaria retrocitada.

6 - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL (inc. VI, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Os preços coletados foram submetidos à análise estatística, de forma objetiva, sendo desconsiderados possíveis valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, conforme consta no MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS, anexo a este relatório.

Recife, 21 de agosto de 2025.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS – MANUTENÇÃO PREDIAL 2025																								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	FORNTE 1	FORNTE 2	FORNTE 3	FORNTE 4	FORNTE 5	FORNTE 6	FORNTE 7	FORNTE 8	FORNTE 9	FORNTE 4	FORNTE 5	FORNTE 6	FORNTE 7	FORNTE 8	FORNTE 9	Menor preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação (CV)	Valor Unitário Máximo Admissível	Valor Total
				EMPRESA: AMOTCH SOLUTION CNPJ: 22.408.299/0001-11 (Inc. IV, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	EMPRESA: M. DA S. VASCONCELOS CNPJ: 08.978.402/0001-77 (Inc. IV, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	EMPRESA: MARCOS OLIVEIRA DA SILVA CNPJ: 48.511.241/0001-21 (Inc. IV, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	EMPRESA: HMKG CNPJ: 38.193.120/0001-08 (Inc. IV, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	EMPRESA: COMERCIAL PARANHOS CNPJ: 02.616.079/0001-05 (Inc. IV, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	EMPRESA: LAJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 41.115.080/0001-08 (Inc. IV, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	EMPRESA: MEL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 34.351.431/0001-14 (Inc. IV, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	EMPRESA: LUMINATE CNPJ: 29.065.741/0001-32 (Inc. IV, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	EMPRESA: VERTICAL BRUNDES CNPJ: 28.164.440/0001-05 (Inc. IV, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	Silício eletrônicos especializados (Inc. III, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	Silício eletrônicos especializados (Inc. III, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	Silício eletrônicos especializados (Inc. III, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	Banco de preços (Inc. I, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	Banco de preços (Inc. I, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)	Banco de preços (Inc. I, art. 9º, Portaria PGR/MPU nº 180/2023)						
LOTE 1 - COPA E COZINHA																								
01	<p>COPO DESCARTÁVEL 50 ml CAPACIDADE MÍNIMA DE 50ML; COR BRANCA OPACO OU TRANSPARENTE, EM POLIESTIRENO, NÃO TÓXICO, CONFORME NBR 14.865:2012.</p> <p>EMBALAGEM: CAIXA CONTENDO 50 TIRAS COM 100 UNIDADES CADA.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: COPOBRÁS, SUPERIOR OU SIMILAR.</p> <p>OBS: A COMPOSIÇÃO "POLIPROPILENO (PP)" E A NORMATIZAÇÃO DEVERÁ ESTAR EXPRESSA NA EMBALAGEM, NO SITE DA EMPRESA OU ATRAVÉS DE FORNECIMENTO DE LAUDO TÉCNICO.</p>	CK	06				R\$ 159,00		R\$ 145,35	R\$ 175,50			R\$ 196,04	R\$ 171,58	R\$ 174,34	R\$ 149,66	R\$ 205,00	R\$ 170,00	R\$ 149,35	171,83	171,58	11,4%	R\$ 171,83	1.030,98
02	<p>MEXEDOR PLÁSTICO PARA CAFÉ TIPO PALMETTA COR TRANSPARENTE OU BRANCO; MATERIAL ATÓXICO E DESCARTÁVEL; TAMANHO DA PALHETA DE NO MÍNIMO 11CM.</p> <p>EMBALAGEM: PACOTE COM 500 UNIDADES</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: MEVA BEM, SUPERIOR OU SIMILAR.</p> <p>OBS: TODAS AS DESCRIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO SITE, NA EMBALAGEM OU NA FICHA TÉCNICA.</p>	PCT	12				R\$ 29,00			R\$ 14,60			R\$ 14,65	R\$ 18,00	R\$ 11,26	R\$ 12,00	R\$ 12,50	R\$ 16,90	R\$ 11,26	16,11	14,62	35,4%	R\$ 14,62	175,44
03	<p>DISPENSADOR SABONETE ESPUMA COM RESERVATÓRIO COR: BRANCA; MATERIAL DO DISPENSADOR: PLÁSTICO; BUCHAS E PARAFUSOS INCLUIDOS CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO (MÍNIMA): 800 ML.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: NOBRE (NEW CLASSIC), SUPERIOR OU SIMILAR</p> <p>OBS: TODAS AS DESCRIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO SITE, NA EMBALAGEM OU NA FICHA TÉCNICA.</p>	UND	12				R\$ 90,00	R\$ 100,00					R\$ 52,21	R\$ 40,73	R\$ 49,90	R\$ 49,90	R\$ 39,55	R\$ 47,25	R\$ 39,55	58,69	49,90	39,2%	R\$ 49,90	598,80
LOTE 2 - PRODUTOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL																								
04	<p>LUBRIFICANTE/DESENGRIPANTE SPRAY EMBALAGEM DE 300 ML.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: WD-40, SUPERIOR OU SIMILAR</p> <p>OBS.1: APRESENTAR: 1) FICHA TÉCNICA, BOLETIM TÉCNICO MAIS ATUAL DO PRODUTO OU INFORMAÇÃO RETIRADA DE SITE OFICIAL OU FÁBRICA DO PRODUTO QUE POSSA COMPROVAR AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS 2) FISPQ DO PRODUTO 3) REGISTRO ATIVO JUNTO À ANVISA COMO SANEANTES – PRODUTOS ISENTOS DE REGISTROS 4) AUTORIZAÇÃO ATIVA DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA – AFE (FABRICANTE) JUNTO À ANVISA OBS. 2: TODAS AS DESCRIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO SITE, NA EMBALAGEM OU NA FICHA TÉCNICA.</p>	UND	10										R\$ 45,48	R\$ 52,23	R\$ 49,99	R\$ 60,00	R\$ 31,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00	43,95	47,73	30,4%	R\$ 47,73	477,30
05	<p>LIMPA CONTATO USADO PARA REMOVER GRAXAS, SUJEIRAS, ÓLEOS E OUTROS CONTAMINANTES DAS SUPERFÍCIES DOS CONTATOS ELÉTRICO-ELÉTRONICOS, SEM DEIXAR NENHUM RESÍDUO</p> <p>EMBALAGEM DE 300 ML.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: WURTH, SUPERIOR OU SIMILAR</p> <p>OBS.1: APRESENTAR: 1) FICHA TÉCNICA, BOLETIM TÉCNICO MAIS ATUAL DO PRODUTO OU INFORMAÇÃO RETIRADA DE SITE OFICIAL OU FÁBRICA DO PRODUTO QUE POSSA COMPROVAR AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS 2) FISPQ DO PRODUTO 3) REGISTRO ATIVO JUNTO À ANVISA COMO SANEANTES – PRODUTOS ISENTOS DE REGISTROS 4) AUTORIZAÇÃO ATIVA DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA – AFE (FABRICANTE) JUNTO À ANVISA OBS. 2: TODAS AS DESCRIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO SITE, NA EMBALAGEM OU NA FICHA TÉCNICA.</p>	UND	10										R\$ 26,63	R\$ 30,00	R\$ 38,38	R\$ 37,83	R\$ 39,00	R\$ 35,00	R\$ 26,63	34,47	36,41	14,7%	R\$ 34,47	344,70
06	<p>DUCHA HIGIÊNICA COM REGISTRO MODELO: MANGUEIRA CROMADA, GATILHO CROMADO OU EM PLÁSTICO COMPLETA COM GATILHO, CHAVEIRINHO, SUPORTE DE PAREDE, REGISTRO ¼ DE VOLTA E MANGUEIRA ATENDEIR NORMA ABNT NBR 14877.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: VIZUA (MODELO ALLURE), SUPERIOR OU SIMILAR</p> <p>OBS: TODAS AS DESCRIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO SITE, NA EMBALAGEM OU NA FICHA TÉCNICA.</p>	UND	24										R\$ 54,90	R\$ 72,31	R\$ 53,99	R\$ 60,00	R\$ 42,36	R\$ 57,98	R\$ 42,36	56,92	56,44	17,1%	R\$ 56,92	1.366,08
07	<p>COLA DE CONTATO TRADICIONAL DE ALTA RESISTÊNCIA (TIPO MARCENEIRO) OLA DE CONTATO UTILIZADA EM PEÇAS DE MADEIRA, LAMINADO, COMPENSADO E OUTROS MATERIAIS</p> <p>EMBALAGEM: MÍNIMO DE 190G</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: CASCOLA, SUPERIOR OU SIMILAR</p> <p>OBS.1: TODAS AS DESCRIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO SITE, NA EMBALAGEM OU NA FICHA TÉCNICA. OBS. 2: PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.</p>	GALÃO	30										R\$ 24,04	R\$ 22,79	R\$ 23,70	R\$ 21,83	R\$ 44,99	R\$ 23,80	R\$ 21,83	26,85	23,75	33,2%	R\$ 23,75	712,50
08	<p>PARAFUSO DE FIXAÇÃO PARA LOUCA SANITÁRIA, CROMADO, BUCHA 10 MM EMBALAGEM COM 2 PARAFUSOS E BUCHAS</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: KRONA, SUPERIOR OU SIMILAR</p> <p>OBS: TODAS AS DESCRIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO SITE, NA EMBALAGEM OU NA FICHA TÉCNICA.</p>	PAR	20										R\$ 15,71	R\$ 13,38	R\$ 19,99	R\$ 11,86	R\$ 7,50	R\$ 9,50	R\$ 7,50	12,99	12,62	34,5%	R\$ 12,62	252,40
09	<p>FITA VEDA ROSCA SUPPORTAR TEMPERATURA ATÉ NO MÍNIMO 230ºC. MEDINDO APROXIMADAMENTE 18MMX3MM, COMPOSIÇÃO: POLIETILÉNO/FLUORETILÉNO (FTEL/FLU).</p> <p>EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA, COM IDENTIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO MATERIAL.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: TIGRE, SUPERIOR OU SIMILAR.</p> <p>OBS: TODAS AS DESCRIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO SITE, NA EMBALAGEM OU NA FICHA TÉCNICA. OBS. 2: PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.</p>	UND	24										R\$ 17,90	R\$ 22,54	R\$ 19,99	R\$ 9,25	R\$ 12,00	R\$ 22,00	R\$ 9,25	17,28	18,94	31,7%	R\$ 18,94	454,56
10	<p>COLA INSTANTÂNEA PARA REPARO COLA EXTRA FORTE PARA MATERIAIS DIVERSOS. COMPOSIÇÃO: CIANOACRILATO TRANSPARENTE</p> <p>EMBALAGEM: MÍNIMO DE 20G.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: LOCTITE (SUPER BONDER), SUPERIOR OU SIMILAR.</p> <p>OBS: TODAS AS DESCRIÇÕES DO PRODUTO DEVERÃO SER APRESENTADAS NO SITE, NA EMBALAGEM OU NA FICHA TÉCNICA. OBS. 2: PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.</p>	UND	10										R\$ 15,66	R\$ 10,51	R\$ 19,99	R\$ 13,53	R\$ 11,10	R\$ 15,95	R\$ 10,51	14,45	14,59	24,4%	R\$ 14,45	144,50

[illegible]

[illegible]

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

I - DO OBJETO

Contratação de empresa para aquisição, com entrega imediata, dos materiais de Manutenção Predial, dos fracassados nos Pregões de Copa e Cozinha (PGEA 1.26.000.001250/2025-61) e Refrigeração (PGEA 1.26.000.001052/2025-06), além da aquisição de compressor, garrafas d'água ecológica e fechaduras eletrônicas.

II - DO OBJETIVO

O gerenciamento de riscos permite a identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

1. Escala de Probabilidade:

Descritor	Descrição	Ocorrências	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	> 10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

2. Escala de Impacto:

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

3. Escala de Classificação de Risco

NÍVEL DE RISCO (= P X I)			
BAIXO	MÉDIO	ALTO	EXTREMO
1 - 2	3 - 6	8 - 12	15 - 25

NÍVEL DO RISCO	PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO
EXTREMO	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo da Unidade.
ALTO	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do Secretário da Unidade.

MÉDIO	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
BAIXO	Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade.

4. Matriz de Riscos

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 - Alto	4	8	12	16	20
	3 - Médio	3	6	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01	Risco:	DEMORA NA ELABORAÇÃO DOS ARTEFATOS E NO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO DISPONÍVEIS	
	Possíveis causas:	Falta de identificação do produto a ser comprado pela Administração; Desconhecimento das soluções disponíveis no mercado; produto demandando de difícil acesso	
	Probabilidade:	Baixa (3)	
	Impacto:	Alto (5)	
	Pontuação:	15	
	Dano 1:	Não atendimento da necessidade de melhoria do material.	
	Dano 2:	Falta de materiais.	
	Dano 3:	Adoção de especificações que impeçam a contratação, que não poderão ser atendidas pelo mercado ou que não atendam à demanda da PRPE	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Autoridade Competente do Órgão
	2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Setor Demandante
	4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Setor Demandante
	5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	7	Elaboração de especificações dos produtos que atendam à necessidade da PRPE e que possam ser encontradas no mercado.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor Demandante
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Comprar material por suprimento de fundo.	Autoridade Competente do Órgão
	2	Elaborar na maior brevidade possível nova contratação com fornecimento de forma imediata.	Equipe de Planejamento da Contratação

RISCO 02	Risco:	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO).	
	Possíveis causas:	Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Pontuação:	(8)	
	Dano 1:	O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando inadequação à estrutura dos imóveis e na insatisfação dos usuários, gerando prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar a contratação e reelaborar o Termo de Referência (TR).	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

RISCO 03	Risco:	FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Médio (3)	
	Pontuação:	(6)	
	Possíveis Causas:	Utilização de parâmetro inadequado no levantamento da pesquisa de mercado.	
	Dano 1:	Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas.	
	Dano 2:	Frustração da licitação, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo à norma específica para tal fim.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Verificar quais os instrumentos necessários para realizar a pesquisa de preço.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Considerar custos com frete e instalação, quando for o caso.	Equipe de Planejamento da Contratação
	4	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	No caso de preço elevado, deve o Agente da Contratação negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual.	SLDE
	2	Cancelamento da contratação para reelaboração da pesquisa de preço.	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

RISCO 04	Risco:	ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Média (3)	
	Pontuação:	(6)	
	Possíveis Causas:	Falha nos processos de planejamento da contratação; falha na comunicação entre os setores da unidade; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Dano 1:	Atraso no início da execução do contrato.	
	Dano 2:	Descontinuidade dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaborar e seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	CODAM
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade na contratação e no processo de homologação.	SLDE/ASSJUR
	3	Verificar a possibilidade de prorrogação excepcional do atual contrato.	Gestor do Contrato

RISCO 05	Risco:	BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DO CERTAME.
-----------------	--------	--

	Probabilidade:	Média (3)
	Impacto:	Médio (3)
	Pontuação:	(9)
	Possíveis Causas:	Número reduzido de empresas habilitadas na região; Não é dada ampla publicidade ao edital; excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado.
	Dano 1:	Licitação deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços.
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).
	Id	Ação Preventiva
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.
	2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.
	3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da licitação, caso esta venha a ser fracassada.
	4	Dar ampla publicidade ao edital.
	Id	Ação de Contingência
	1	Em caso de certame deserto ou fracassado, repetir a licitação alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa a frustração do certame. Pode também fazer a contratação diretamente com a empresa que ofertou o menor preço no momento da pesquisa de mercado ou ainda fixar prazo para que os fornecedores participantes do certame possam adequar a sua proposta ou a sua habilitação.

RISCO 06	Risco:	FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO A ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
	Probabilidade:	Baixa (2)
	Impacto:	Alto (4)
	Pontuação:	(8)
	Possíveis Causas:	Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.
	Dano 2:	Atraso na contratação.
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).
	Id	Ação Preventiva
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado.
	2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.
	5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.
	Id	Ação de Contingência
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.

RISCO 07	Risco:	INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NÃO ESPECIALIZADA).
	Probabilidade:	Baixa (2)
	Impacto:	Muito Alto (5)
	Pontuação:	(10)
	Possíveis Causas:	Insuficiência dos critérios de habilitação
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).
	Id	Ação Preventiva
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado.
	2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.
	Id	Ação de Contingência
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.

RISCO 08	Risco:	Fechaduras Eletrônicas não atendem a necessidade do Órgão.
	Probabilidade:	Média (3)
	Impacto:	Muito Alto (5)
	Pontuação:	(15)

	Possíveis Causas:	- O equipamento pode não atender às normas de acesso vigentes. - A tecnologia pode se tornar rapidamente desatualizada, sem a possibilidade de receber atualizações.	
	Dano 1:	Danos à segurança.	
	Dano 2:	Danos financeiros (nova aquisição).	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Setor demandante participar ativamente na decisão do modelo/marca e demais especificações.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica
	2	Incluir prazo de garantia do produto, requisitando a sua substituição conforme previsto no Edital.	Equipe de planejamento da contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM / Equipe de planejamento da contratação

V – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Demora na elaboração dos artefatos e no levamento das soluções de mercado disponíveis	Planejamento da Contratação	3	5	15
R02	Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R03	Falha na pesquisa de mercado (preço inexequível ou superestimado).	Planejamento da Contratação	2	3	6
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	2	3	6
R05	Baixo número de empresas participando do certame.	Seleção do Fornecedor	3	3	9
R06	Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R07	Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).	Gestão Contratual	2	5	10
R08	Fechaduras eletrônicas não atendem a necessidade do órgão.	Planejamento da Contratação	3	5	15

VI – DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10 R07	15 R01/R08	20	25
	4 - Alto	4	8 R02/R06	12	16	20
	3 - Médio	3	6 R03/R04	9 R05	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

VII – DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 01 e 08 classificam-se como de EXTREMO e os riscos 02, 05, 06, 07 classificam-se como de ALTO RISCO, estando acima do apetite de risco da PRPE, pois, apesar da baixa probabilidade de ocorrência, os impactos para os objetivos da contratação são de difícil reparação, caso venham a ocorrer no caso concreto. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Cumprir informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos possa ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos classificados como ALTO ou EXTREMO:

RISCO 01: Demora na Elaboração dos Artefatos e no levantamento das soluções de mercado disponíveis.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Fase de planejamento - ok
2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Fase de planejamento - ok
3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Fase de planejamento - ok
5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Fase de planejamento - ok
6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .
7	Elaboração de especificações dos produtos que atendam à necessidade da PRPE e que possam ser encontradas no mercado.	Fase de planejamento - ok

RISCO 02: Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Fase de planejamento - ok
2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 05: Baixo número de empresas participando da dispensa de licitação.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da dispensa, caso esta venha a ser fracassada.	Fase de planejamento - ok
4	Dar ampla publicidade ao Edital.	Fase externa da Disputa.

RISCO 06: Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito à análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	Fase de seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.
5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .



Procuradoria da República em Pernambuco
 Coordenadoria de Administração
 Equipe de Planejamento e Contratações

RISCO 07: Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o material de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok

RISCO 08: Fechaduras eletrônicas não atendem a necessidade do órgão.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Setor demandante participar ativamente na decisão do modelo/marca e demais especificações.	Fase de planejamento - OK
2	Incluir prazo de garantia do produto, requisitando a sua substituição conforme previsto no Edital.	Fase de planejamento - OK

¹Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.